

Policiamento e gênero: visões entre policiais militares paranaenses

Cleber da Silva Lopes ¹

Resumo: Estudos mostram que a integração feminina às polícias latino americanas vem encontrando obstáculos decorrentes do modo como os policiais concebem o policiamento e o papel que homens e mulheres deveriam desempenhar dentro dele. A representação do policiamento como uma atividade arriscada de enfrentamento violento da criminalidade, combinada com a visão segundo qual os homens são mais fortes e corajosos do que as mulheres, favorece a defesa da divisão sexual de funções dentro da polícia entre homens que deveriam se dedicar ao trabalho operacional de combate ao crime e mulheres que deveriam se restringir ao trabalho administrativo e de cuidado, gerando assim barreiras à plena integração das mulheres à polícia. Esse trabalho pretende contribuir para o entendimento da natureza dessas representações e barreiras. Ser homem ou mulher condiciona a percepção de que força física e coragem são atributos fundamentais para o policiamento? Influencia a visão segundo qual os policiais masculinos são mais preparados para as atividades operacionais e as policiais femininas para as atividades de cuidado e assistência? O artigo analisa essas questões por meio de análise quantitativa multivariada de dados provenientes de uma pesquisa de *survey* realizada em 2012 na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), Brasil. Os resultados indicam que homens e mulheres têm visões distintas sobre quem é mais apto a atuar nas atividades operacionais. Os homens tendem a pensar que as mulheres são menos capazes do que eles no desempenho dessas atividades. Já as mulheres discordam dessa ideia. Isso indica haver na PMPR obstáculos informais postos pelos homens à plena integração das mulheres à polícia, bem como atitudes de resistências a esses obstáculos por parte das mulheres. Todavia, essas atitudes de resistência convivem com uma visão masculinizada do policiamento que acaba por favorecer os homens. Os dados indicam que homens e mulheres concordam igualmente com a visão de que o policiamento é uma atividade que demanda força física e coragem, a despeito do fato de sabermos que as qualidades mais exigidas no policiamento não são essas e sim a sensibilidade para prestar serviços a pessoas em situações de vulnerabilidade e o senso de justiça para dirimir conflitos que não envolvem violações claras da lei criminal. Essas são qualidades socialmente associadas ao universo feminino e valorizá-las em detrimento da coragem e da força física implicaria em um possível fortalecimento da posição das mulheres nas atividades de policiamento, o que não ocorre. Assim, as mulheres buscam se colocar como iguais dentro de um contexto de representações sociais permeadas por valores masculinos ao invés de questionarem o sentido desses valores para as atividades policiais. Em outros termos, aceitam a visão masculinizada do policiamento e procuram se afirmar como iguais dentro desse universo

Palavras-chaves: Polícia Militar; Gênero; Paraná.

Introdução

O Brasil tem cerca de 73 mil mulheres empregadas nas polícias militares e civis, o que corresponde a cerca de 13% do efetivo total dessas organizações (FBSP, 2015). Trata-se de

¹ Docente da Universidade Estadual de Londrina; Doutor em Ciência Política (USP); clopes@uel.br

um percentual inferior ao existente na década de 2000 nos países da Europa ocidental, mas superior ao encontrado nos EUA (11,8%) e em muitos países da América Latina². Essa presença feminina e suas consequências foi até o momento pouco estudada. Enquanto a incorporação das mulheres à polícia vem sendo amplamente pesquisada na bibliografia internacional desde a década de 70, há poucos trabalhos brasileiros sobre o tema. Como notado em estudo realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP (Brasil, 2013), embora crescente, a produção nacional sobre polícia e gênero é ainda formada por apenas três trabalhos de referência (Calazans, 2004; Soares e Musumeci, 2005; e Sadeck, 2005). Essa produção não dialoga com a vasta literatura internacional sobre o tema e é dominada por estudos qualitativos.

Este trabalho pretende contribuir com essa bibliografia por meio de um *survey* realizado junto à Polícia Militar do Paraná (PMPR) cujos dados serão analisados a partir de hipóteses derivadas de perspectivas teóricas presentes na literatura internacional sobre polícia e gênero. A PMPR foi a segunda corporação militar brasileira a incorporar mulheres em seus quadros. Essa incorporação ocorreu em 1977 por meio da criação de uma divisão de policiamento feminino. Em 2000 essa divisão foi extinta e as mulheres integradas a uma carreira policial única. Apesar da unificação de quadros representar um avanço no processo formal de incorporação das mulheres à polícia, estudos mostram que a plena integração feminina ainda encontra obstáculos informais decorrentes do modo como os membros das corporações policiais veem o policiamento e o papel que homens e mulheres deveriam desempenhar dentro dele. A representação do policiamento como uma atividade arriscada de enfrentamento violento da criminalidade, combinada com a visão segundo qual os homens são mais fortes e corajosos do que as mulheres, favorece a defesa da divisão sexual de funções dentro da polícia entre homens que deveriam se dedicar ao trabalho operacional de combate ao crime e mulheres que deveriam se dedicar ao trabalho administrativo e de cuidado. Assim, saber como os indivíduos policiais veem o policiamento e a adequação dos gêneros ao trabalho policial é fundamental para a compreensão da natureza das resistências e desafios existentes à integração das mulheres ao policiamento ostensivo.

Ser homem ou mulher condiciona a percepção de que força física e coragem são atributos fundamentais para o policiamento? Influencia a visão segundo qual os policiais

² Com exceção do Uruguai, que tem padrões discrepantes do restante da América Latina (25,6%), e do Chile, que tem o mesmo percentual de mulheres que o Brasil (13%), as forças policiais dos demais países latino americanos pesquisados por Donadio (2009) apresentam percentuais de mulheres em torno de 10% do efetivo: Guatemala (11,1%), Peru (10,6%), Paraguai (10,2%), Bolívia (10,5%) e Gendarmeria Nacional da Argentina (9,7%).

masculinos são mais preparados para as atividades operacionais e as policiais femininas para as atividades de cuidado e assistência? Há na literatura internacional respostas distintas a essas questões. Essas respostas estão relacionadas a três perspectivas teóricas: as teorias sobre papéis de gênero; as teorias sobre socialização ocupacional; e as teorias sobre construção social de gênero. O artigo analisará previsões derivadas dessas três teorias por meio de análise quantitativa multivariada. Para isso o trabalho está organizado da seguinte forma. A seção 1 apresenta as hipóteses de trabalho e seus fundamentos teóricos. A seção 2 descreve a metodologia do estudo. A seção 3 testa as hipóteses de pesquisa por meio de regressão logística. Os resultados encontrados na análise de regressão são discutidos na seção 4. Por fim, o trabalho conclui com apontamentos sobre os achados de pesquisa e sobre o que ainda precisamos entender melhor sobre a participação das mulheres na polícia.

Polícia e Gênero: abordagens teóricas e hipóteses de pesquisa

Pelo menos três grandes perspectivas teóricas têm sido mobilizadas para explicar as atitudes e visões dos indivíduos policiais: as teorias sobre papéis de gênero; as teorias sobre a socialização ocupacional; e as teorias sobre construção de gênero. As duas primeiras estão diretamente relacionadas, respectivamente, ao que Poteyeva e Sun (2009) chamaram de abordagem teórica da diferença e abordagem teórica da semelhança atitudinal entre gêneros na polícia. Já a terceira perspectiva pretende ser uma alternativa teórica às anteriores, especialmente às teorias sobre papéis de gênero.

As teorizações sobre papéis de gênero oferecem os fundamentos da abordagem da diferença. Essas teorizações sustentam que homens e mulheres tendem a ter visões diferentes sobre o policiamento. Essas diferenças, por sua vez, gerariam a concordância de que algumas atividades dentro da polícia devem ser desempenhadas por homens e outras por mulheres. Enquanto os homens dariam mais valor ao trabalho de combate ao crime e imposição coercitiva da lei, as mulheres dariam mais importância às atividades de manutenção da ordem e prestação de serviços que ocupam a maior parte do tempo dos policiais – mediação de disputas, resolução de conflitos domésticos, orientações ao público, atendimento de vítimas, policiamento de trânsito e os demais trabalhos que ocorrem nas delegacias de polícia. Subjacente a essas atitudes está a visão dos homens de que as habilidades físicas que eles possuem os tornariam mais aptos ao trabalho de imposição coercitiva da lei do que as mulheres (Chu, 2013), que se sentiriam mais vocacionadas para as atividades de atendimento de vítimas, prevenção do crime e mediação de disputas que não envolvem violações claras da

lei criminal. A preferência das mulheres por essas atividades estaria relacionada ao fato de elas serem socializadas desde a infância em papéis familiares e de cuidado que as levam a desenvolver uma “moralidade do cuidado” (Guilligan, 1982; Worden, 1993; Poteyeva & Sun, 2009). Dessa forma, *se as teorias sobre papéis de gênero estiverem corretas devemos encontrar: (i) diferenças significativas entre policiais homens e policiais mulheres a respeito da importância atribuída à força física e à coragem no policiamento, com os homens valorizando esses atributos mais do que as mulheres; e (ii) nenhuma diferença de gênero em relação à opinião de que os homens são mais preparados para as atividades operacionais e de risco e as mulheres para as atividades que envolvem cuidado e assistência.*

As teorias sobre socialização ocupacional levam a hipóteses contrárias à das teorias sobre papéis de gênero e enfatizam que homens e mulheres tendem a ver o policiamento de forma parecida e que as mulheres demandam igual participação nas atividades policiais. Essas teorias estão por trás do que Poteyeva e Sun (2009) denominaram de abordagem da semelhança. O ponto de partida dessas perspectivas é a ideia de que as crenças e atitudes dos policiais são parte de uma cultura ocupacional que é forte o suficiente para suplantar eventuais visões de mundo decorrentes do modo como homens e mulheres são socializados antes da vida adulta. Essa cultura seria formada por um conjunto de símbolos, rituais e histórias que valorizam o combate físico, o perigo, a bravura e outros atributos socialmente reconhecidos como masculinos (Waddington, 1999; Reiner, 2004; Dick e Cassell, 2004; Brown, 2007). Policiais homens valorizariam esses atributos para exaltar as peculiaridades e dificuldades do seu trabalho frente ao olhar crítico do público e dos superiores hierárquico. As mulheres fariam o mesmo, mas não apenas para afirmar a sua identidade policial perante o público e supervisores; valorizariam o uso da força e a coragem também para fortalecer a sua identidade profissional frente aos colegas de trabalho homens. Estes tenderiam a concordar com a ideia de que o policiamento operacional deve ser controlado pelos homens porque é uma atividade arriscada e conflituosa que requer coragem e capacidades físicas que as mulheres não detêm a contento, razão pela elas se sairiam melhor nas atividades policiais que envolvem cuidado e assistência. Essas atitudes masculinas de restrição à participação feminina nas atividades operacionais e arriscadas seria rechaçada pelas policiais mulheres, que demandariam igual participação no policiamento das ruas por se sentirem tão preparadas quanto os homens. Assim, *se as teorias da socialização ocupacional estiverem corretas devemos encontrar: (i) nenhuma diferença significativa entre policiais homens e policiais mulheres a respeito da importância atribuída à força física e à coragem no policiamento; e (ii) diferenças de gênero em relação à opinião de que os homens são mais preparados para*

as atividades operacionais e de risco e as mulheres para as atividades que envolvem cuidado e assistência, com os homens tendendo a concordar com essas visões mais do que as mulheres.

Pesquisas qualitativas realizadas nos EUA e no Reino Unido apoiam a hipótese de que as policiais mulheres dão grande importância à aplicação coercitiva da lei e reclamam participação nessas atividades (Westmarland, 2001; Heidenshohn, 1992). Todavia, os estudos quantitativos a esse respeito apresentam resultados contraditórios (Poteyeva & Sun, 2009). Como notaram Poteyeva e Sun (2009), os resultados divergentes das pesquisas quantitativas podem estar relacionados ao fato de elas trabalharem com conceitos amplos sobre o papel da polícia e diferentes formas de mensurá-lo. Mas é preciso notar que as divergências podem também estar ligadas ao fato de as atitudes do/as policiais sobre a sua ocupação, especialmente das mulheres, serem mais heterogêneas e mutáveis do que as teorias sobre as diferenças de gênero e as teorias sobre a socialização ocupacional supõem. Essas questões têm sido levadas em consideração por uma outra abordagem influente no campo dos estudos sobre polícia e gênero: a perspectiva da construção social de gênero (Martin (1996). Essa abordagem também sustenta que os policiais homens valorizam o combate ao crime e resistem à participação das mulheres nessas funções, mas defende que a visão das policiais mulheres em relação ao policiamento e à divisão de funções policiais varia de acordo com as escolhas que elas fazem entre ser uma “*policial* mulher” ou ser uma “mulher *policial*”. Como a cultura policial valoriza comportamentos associados ao universo masculino, Martin (1980) argumenta que as mulheres que ingressam na polícia se deparam com um dilema. Por um lado, espera-se que elas pensem e ajam como os seus colegas policiais homens. Por outro, espera-se e pressiona-se para que elas tenham atitudes e comportamentos considerados femininos. Assim, ao fazer gênero no trabalho as mulheres continuamente devem decidir quando e como agir como uma policial e quando e como agir como uma “dama” (Brown, 2002). Segundo Chun, Doran e Marel (2010), essas escolhas são condicionadas por fatores estruturais e conjunturais. Mulheres que estão no início da carreira policial e mulheres sem filhos tendem ver o mundo como “*policiais* mulheres”: consideram que a força física e a coragem são fundamentais para o policiamento e rejeitam a ideia de que os homens são mais preparados para o trabalho operacional e de risco e as mulheres para as atividades assistenciais e de cuidado. Já as mulheres em estágios mais avançados da carreira e com filhos tendem a pensar como “*mulheres* policiais”: aceitam o discurso das diferenças físicas entre homens e mulheres e a ideia de que a linha de frente do policiamento deveria ser ocupada pelos homens. Assim, a partir da perspectiva da construção social de gênero é possível

hipotetizar que (i) *policiais mulheres em estágios mais avançados da carreira ou com filhos tenderão a atribuir menos importância à força física e à coragem no policiamento do que as mulheres no início da carreira e sem filhos, assumindo assim uma posição diferente da dos homens;* (ii) *policiais mulheres em estágios mais avançados da carreira ou com filhos tenderão a concordar mais com a visão segundo qual os homens são mais preparados para as atividades operacionais e de risco e as mulheres para as atividades que envolvem cuidado e assistência do que as mulheres no início da carreira e sem filhos, assumindo assim posição semelhante a dos homens.*

Metodologia

Os dados analisados na próxima seção são provenientes da pesquisa "Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Ação Policial da Polícia Militar do Paraná". O objetivo da pesquisa foi captar as orientações subjetivas dos policiais militares paranaenses sobre direitos humanos e gênero. Para isso, foi realizado um *survey* com os policiais militares da ativa, que no momento da confecção do plano amostral (março de 2012) compunham um efetivo de 16.267 indivíduos. Considerando um erro amostral de 4% e um nível de confiança de 95%, foi sorteada uma amostra com 600 indivíduos por meio da técnica de conglomerado em dois estágios: no primeiro foram selecionadas as unidades administrativas de policiamento e no segundo os policiais.

Na parte relativa à temática de gênero, uma série de afirmações foram formuladas para captar percepções e atitudes dos entrevistados a respeito de características ou qualidades da atividade policial militar. Os entrevistados eram incentivados a se posicionarem a respeito de cada uma delas em uma escala de concordância que comportava as alternativas “discorda muito”, “discorda”, “concorda” e “concorda muito”. Dentre essas afirmações, selecionamos cinco que representariam bem as percepções que se relacionam às hipóteses explicitadas anteriormente: 1) A força física e a coragem são qualidades fundamentais para o desempenho da atividade policial; 2) O homem tem um melhor desempenho no serviço operacional por ser mais forte e corajoso que a mulher; 3) O policial masculino lida melhor com ocorrências de risco; 4) A policial feminina lida melhor com ocorrências de cuidado e assistência; 5) Considerando que você trabalhe ou trabalhasse na atividade operacional, é preferível trabalhar com policiais masculinos.

Para tornar mais compreensíveis os resultados dos modelos multivariados, optamos por recodificar as escalas distinguindo apenas respostas concordantes das discordantes,

convertendo as cinco variáveis em dicotômicas. A partir desse procedimento, as medidas foram inseridas como dependentes em modelos de regressão logísticos binários, com o objetivo de estimar impactos de alguns atributos sobre a razão de chance de concordância. Coerentemente com as hipóteses de interesse da pesquisa, foram incluídos como preditores o sexo e perfis produzidos pela combinação da idade e da declaração de maternidade das policiais mulheres. Assim, foram gerados quatro perfis para serem contrastados nos modelos com a condição de “homem”: mulheres jovens; mulheres maduras, mulheres com filhos; mulheres sem filhos. Além desses preditores, foram também adicionadas variáveis discretas relativas ao tipo de atividade (operacional ou administrativa) e ao grupo hierárquico (oficial ou praça). Nas tabelas abaixo são reportados sempre os exponenciais de B e, entre parênteses, o erro padrão. Os níveis de significância são representados por asteriscos ao lado dos exponenciais.

Resultados

A Tabela 1 indica que não existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres no que diz respeito à concordância com a afirmação de que “A força física e a coragem são qualidades fundamentais para o desempenho da atividade policial”. A única variável com efeito nesses modelos iniciais foi a idade, com impacto idêntico nos modelos 1 e 3. Nessas duas equações, para cada acréscimo de unidade de idade (anos de vida), a chance de concordar com a afirmação diminui em 3,5%. Ainda que esse efeito possa parecer reduzido, é preciso destacar que essa variável é contínua e comporta valores entre 20 e 59, o que torna o impacto cumulativo bastante relevante. Esse resultado, portanto, indica um efeito geracional, com os mais jovens apresentando níveis mais elevados de concordância.

Tabela 1. Preditores da concordância com a afirmação “A força física e a coragem são qualidades fundamentais para o desempenho da atividade policial”

Variáveis	Preditores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	Homens	1,43 (,328)	-	-
	Mulheres jovens	-	1,68 (,379)	-
Explicativas	Mulheres maduras	-	2,09 (,668)	-
	Mulheres sem filhos	-	-	1,51 (,441)
	Mulheres com filhos	-	-	1,13 (,628)
		-	-	

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

	Idade	,965** (,012)	-	,965* (,012)
Controles	Operacional	,985 (,255)	1,08 (,250)	,992 (,257)
	Oficial	1,254 (409)	1,34 (,406)	1,26 (,409)
	% de acerto Bloco 0	59	59,3	60,7
	% de acerto Bloco 1	60,2	59,3	60,7

Nota: **sig>,001 *sig>0,05

Algo distinto ocorre quanto à afirmação “O homem tem um melhor desempenho no serviço operacional por ser mais forte e corajoso que a mulher” (Tabela 2). No Modelo 1, como previsto pela perspectiva da socialização ocupacional, ser homem aumenta em 169% a chance de concordância. Quando passamos para o Modelo 2, ao contrário do predito pelas teorias sobre construção social de gênero, verificamos que as mulheres jovens (36 anos ou menos) têm probabilidade de concordância 124% maior do que os homens.

Tabela 2. Preditores da concordância com a afirmação “O homem tem um melhor desempenho no serviço operacional por ser mais forte e corajoso que a mulher.”

Variáveis	Preditores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
	Homens	2,69** (,351)	-	-
	Mulheres jovens	-	2,24* (,403)	-
Explicativas	Mulheres maduras	-	,51 (,760)	-
	Mulheres sem filhos	-	-	1,57 (,452)
	Mulheres com filhos	-	-	,29 (,718)
	Idade	,99 (,011)	-	,99 (,011)
Controles	Operacional	1,03 (,253)	1,02 (,251)	,98 (,258)
	Oficial	,751 (397)	,75 (,395)	,73 (,396)
	% de acerto Bloco 0	55,6	55,9	56
	% de acerto Bloco 1	59,3	59,1	56

Nota: **sig>,001 *sig>0,05

Sobre a afirmação “Considerando que você trabalhe ou trabalhase na atividade operacional, é preferível trabalhar com policiais masculinos”, o Modelo 1 indica que, conforme previsto pelas teorias sobre papéis de gênero, ser homem ou mulher não faz diferença. Por outro lado, no Modelo 2 os dados são consistentes com os anteriores em relação à não comprovação das teorias sobre construção social de gênero: as mulheres jovens

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

(36 anos ou menos) têm uma chance 18% maior do que os homens de concordar com a ideia de que é preferível trabalhar com homens nas atividades operacionais.

Tabela 3. Preditores da concordância com a afirmação “Considerando que você trabalhe ou trabalhasse na atividade operacional, é preferível trabalhar com policiais masculinos”

Variáveis	Preditores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Explicativas	Homens	1,45 (,372)	-	
	Mulheres jovens	-	1,18* (,550)	
	Mulheres maduras	-	,69 (,656)	
	Mulheres sem filhos	-	-	,97 (,461)
	Mulheres com filhos	-	-	,44 (,639)
	Idade	1,00 (,011)	-	1,00 (,012)
Controles	Operacional	,91 (,261)	,89 (,258)	,87 (,265)
	Oficial	1,35 (,420)	1,35 (,419)	1,31 (,420)
% de acerto Bloco 0		60,3	59,9	61,2
% de acerto Bloco 1		60,3	62	61,2

Nota: *sig>0,05

Como previsto pela perspectiva da socialização ocupacional, no Modelo 1 da Tabela 4, ser homem aumenta em 231% a chance de concordar com a afirmação “O policial masculino lida melhor com ocorrências de risco”. Aqui os resultados também contradizem as predições das teorias sobre construção social de gênero, já que no Modelo 2 “mulheres jovens” têm uma chance 144% maior de concordância e no Modelo 3 “mulheres sem filhos” tem probabilidade elevada em 172%, sempre considerando a comparação com homens. Ou seja, o efeito é contrário ao predito pelas teorias sobre construção social de gênero.

Tabela 4. Preditores da concordância com a afirmação “O policial masculino lida melhor com ocorrências de risco”.

Variáveis	Preditores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Explicativas	Homens	3,31** (,351)	-	-
	Mulheres jovens	-	2,44* (,382)	-
	Mulheres maduras	-	,22 (,848)	-

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

	Mulheres sem filhos	-	-	2,72* (,447)
	Mulheres com filhos	-	-	,65 (,659)
	Idade	1,02 (,012)	-	1,02 (,012)
Controles	Operacional	1,21 (,262)	1,08 (,259)	1,18 (,265)
	Oficial	,78 (402)	,74 (,400)	,77 (,402)
	% de acerto Bloco 0	65,1	65,0	65,1
	% de acerto Bloco 1	68,3	68,1	68,2

Nota: **sig>,001 *sig>0,05

Sobre a última afirmação, “A policial feminina lida melhor com ocorrências de cuidado e assistência”, como esperado a partir das teorias sobre papéis de gênero, não há diferenças entre homens e mulheres. As evidências também não dão sustentação às teorias sobre construção social de gênero, pois nenhum dos preditores tiveram efeito.

Tabela 5. Preditores da concordância com a afirmação “A policial feminina lida melhor com ocorrências de cuidado e assistência”

Variáveis	Preditores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Explicativas	Homens	1,15 (,334)	-	-
	Mulheres jovens	-	,783 (,610)	-
	Mulheres maduras	-	,583 (,705)	-
	Mulheres sem filhos	-	-	1,09 (,461)
	Mulheres com filhos	-	-	,90 (,639)
	Idade	1,02 (,012)	-	1,01 (,012)
Controles	Operacional	1,14 (,260)	1,14 (,256)	1,13 (,263)
	Oficial	,903 (404)	,90 (,403)	,90 (,405)
	% de acerto Bloco 0	63,7	63,6	63,7
	% de acerto Bloco 1	63,7	63,3	63,7

Discussão

Os resultados apresentados anteriormente indicam uma realidade complexa na qual estão presentes evidências que se enquadram tanto nas expectativas derivadas das teorias sobre papéis de gênero quanto nas predições associadas às teorias sobre socialização

ocupacional. As hipóteses relacionadas às teorias sobre construção social de gênero não encontraram apoio nos dados.

As opiniões prevaletentes entre homens e mulheres de que as policiais femininas lidam melhor com ocorrências de cuidado e assistência e de que é preferível realizar o policiamento operacional com policiais masculinos podem ser consideradas condizentes com as hipóteses derivadas das teorias sobre papéis de gênero. Essas teorias defendem que a socialização em papéis de gênero antes da entrada na polícia faz com que as mulheres desenvolvam uma moralidade do cuidado e os homens uma moralidade da justiça (Guilligan, 1982). A importação dessas moralidades para dentro da polícia acabaria por gerar apoio à divisão sexual de funções policiais baseada na ideia de que as policiais femininas são mais preparadas para as atividades que envolvem cuidado e os policiais masculinos para as atividades que demandam coragem e força física (Worden, 1993; Poteyeva & Sun, 2009). Se levarmos em conta a concordância de ambos os gêneros com a afirmação de que as mulheres lidam melhor com ocorrências de cuidado e assistência e se interpretarmos a preferência da maioria dos indivíduos policiais pelo trabalho operacional ao lado de policiais masculinos como um indicativo de reconhecimento do desempenho superior dos homens nessas atividades, poderíamos inferir que há dentro da Polícia Militar do Paraná apoio generalizado à divisão sexual de funções entre homens dedicados ao policiamento operacional de risco e mulheres dedicadas às atividades policiais que envolvem cuidado e assistência.

Ocorre que esse apoio à divisão sexual de funções não se sustenta a partir do posicionamento dos membros da Polícia Militar paranaense em relação às demais questões. Policiais masculinos e policiais femininas têm posicionamentos distintos em relação à afirmação de que o homem tem um melhor desempenho no serviço operacional por ser mais forte e corajoso do que a mulher. Também têm posicionamentos distintos em relação à afirmação de que o policial masculino lida melhor com ocorrências de risco. Em ambos os casos ser homem aumenta significativamente as chances de concordar com essas afirmações ao passo que ser mulher diminui essas chances. Assim, esses resultados não dão sustentação às hipóteses derivadas das teorias sobre papéis de gênero e sim às hipóteses relacionadas às teorias sobre socialização ocupacional. Para essas teorias a ocupação policial gera uma cultura policial que valoriza um conjunto de atributos associados ao universo masculinos, dentre os quais a coragem e a força física (Waddington, 1999; Reiner, 2004; Brown, 2007). Esses atributos seriam valorizados tanto pelos policiais homens quanto pelas policiais mulheres como forma de engrandecer o trabalho policial frente às desconfianças da sociedade e de superiores hierárquicos (Waddington, 1999). Entre as mulheres essa valorização também seria

uma forma de afirmação perante os colegas de trabalho homens, que as consideram pouco preparadas para o trabalho operacional que envolve risco (Dick e Cassell, 2004). Daí a tendência de os homens concordarem e de as mulheres discordarem das afirmações de que os policiais masculinos são mais preparados do que as policiais femininas para o trabalho operacional e a centralidade atribuída por ambos os gêneros à força física e à coragem no policiamento. Os resultados gerais são então ambíguos do ponto de vista da corroboração das hipóteses derivadas das teorias sobre papéis de gênero e das hipóteses relacionadas às teorias sobre socialização ocupacional.

Mas essa ambiguidade está alinhada com as descobertas dos estudos qualitativos sobre polícia e gênero realizados no Brasil. Soares e Musumeci (2005) já haviam notado que a integração das mulheres à Polícia Militar do Rio de Janeiro por meio da criação de uma carreira policial única, aliada à persistência de barreiras informais para impedir a participação feminina no policiamento operacional, criava uma situação que contribuía para gerar atitudes ambíguas nas mulheres, que frequentemente se dividiam entre “a necessidade de se afirmar como iguais aos homens, demonstrando sua capacidade como policiais, e ao mesmo tempo garantir o respeito às suas singularidades” (Soares e Musumeci, 2005, p 179). Esse posicionamento feminino diverso também foi detectado pelo trabalho de Souza (2014), que descobriu que uma parte das mulheres buscava se espelhar nos comportamentos masculinos como forma de obter reconhecimento no policiamento operacional, enquanto outra demandava o reconhecimento da condição feminina e disposição para as atividades que demandavam maior sensibilidade e capacidade de comunicação.

Conclusão

Quais as implicações das opiniões reveladas pela pesquisa para a plena integração das mulheres à Polícia Militar do Paraná? Os dados sugerem que a participação das mulheres em atividades que envolvem cuidado e assistência não é objeto de discordâncias e está consolidada dentro da corporação militar paranaense. Mas o mesmo não se dá em relação à participação das mulheres nas atividades operacionais arriscadas e que são percebidas como demandando coragem e força física. Os homens tendem a desaprovar a participação das mulheres nessas atividades com base no argumento de que elas são menos capazes do que eles. Em uma ocupação dominada por homens essa visão é decisiva, já que é da percepção de mundo dos policiais que nascem as atitudes e comportamentos que impedem a participação das mulheres no policiamento operacional. Já as mulheres tendem a discordar da ideia de que

elas têm um desempenho inferior ao dos homens no serviço operacional, indicando assim haver na Polícia Militar do Paraná resistências aos obstáculos informais criados para a plena integração das mulheres ao policiamento operacional. Worden (1993) já havia chamado a atenção para o fato de que em contextos nos quais um grupo tenta excluir outro da igual participação em determinadas atividades ou em uma determinada cultura é esperado que os grupos excluídos reajam e expressem percepções e atitudes de resistência à exclusão imposta pelos grupos dominantes. Os dados analisados parecem se ajustar bem à essa ideia.

Interessante notar que as resistências das mulheres à exclusão do policiamento operacional parecem não colocar em xeque a visão masculinizada do policiamento. Estudos realizados desde a década de 1960 mostram que o grosso do trabalho policial é formado por atividades de prestação de serviços e manutenção da ordem que pouco demandam coragem e força física (Reiner, 2004, p. 163-171). As qualidades mais exigidas no policiamento são a sensibilidade e o cuidado para prestar serviços a pessoas em situações de vulnerabilidade (policiamento como serviço) e o senso de justiça para mediar e dirimir conflitos que não envolvem violações claras e inequívocas da lei criminal (policiamento como manutenção da ordem). Essas são qualidades socialmente associadas ao universo feminino e valorizá-las implicaria em um possível fortalecimento da posição das mulheres nas atividades de policiamento. Mas isso não ocorre. As mulheres valorizam a força física e a coragem no policiamento tal qual os homens e discordam da ideia de que apenas os primeiros estão aptos a realizar o policiamento por serem os portadores dessas qualidades. Ao invés de representarem o policiamento como uma atividade associada a valores que poderiam favorecer-las, as mulheres reproduzem assim visões tradicionais sobre as atividades policiais e buscam se afirmar como iguais diante da desaprovação masculina à participação feminina no policiamento operacional. Ao se posicionarem dessa forma elas buscam se colocar como iguais dentro de um contexto de representações sociais permeadas por valores masculinos ao invés de questionarem o sentido desses valores para as atividades policiais. Em outros termos, aceitam a visão masculinizada do policiamento como uma atividade que depende fundamentalmente de força física e coragem e procuram se afirmar como iguais dentro desse universo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional / Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

BROWN, J. (2007). From cult of masculinity to smart macho: gender perspectives on police occupational culture. In: O'NEILL, M.; MARKS, M.; SINGH, A-M. (eds.) *Police Occupational culture: new debates and directions*. Oxford: Elsevier, 2007.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, pp. 142-150, 2004.

CHAN, J., DORAN, S., & MAREL, C. (2010). Doing and undoing gender in policing. *Theoretical Criminology*, 14, 425–446.

CHU, D. (2013), “Gender integration in policing: a comparison of male and female police officers’ perceptions in Taiwan”, *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, Vol. 37 No. 2, pp. 143-157.

DICK, Penny; e CASSELL, Catherine. The position of policewomen: a discourse analytic study. *Work Employment & Society* March 2004 vol. 18 no. 1 51-72

DONADIO, Marcela. La mujer en las instituciones armadas y policiales : resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina. 2009. Buenos Aires: RESDAL -Red de Seguridad y Defensa de América Latina. 1ª. Edição. 256 p.

FBSP. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>>. Acesso em: nov. 2016.

GILLIGAN, C. (1982). *In a difference voice: Psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

HEIDENSOHN, F. (1992) *Women in Control? The Role of Women in Law Enforcement*. Oxford: Clarendon Press.

MARTIN, S. (1980) *Breaking and entering: policewomen on patrol*. Berkely: California University Press.

POTEYEVA, M., & SUN, I. (2009). Gender differences in police officers’ attitudes: Assessing current empirical evidence. *Journal of Criminal Justice*, 37, 512-522.

REINER, R. *A Política da Polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SADEK, Maria Teresa “Delegada: Doutora e Policial” in Sadek, Maria Teresa (org). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Editora Sumaré. 2003. 228 pag.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Marcos Santana de. “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. 2014. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 463 páginas.

WADDINGTON, P. A. J. Police (canteen) sub-culture: an appreciation. *The British Journal of Criminology*. Vol. 39, No. 2 (Spring 1999), pp. 287-309

WESTMARLAND, Louise (2001) *Gender and Policing: Sex, Power and Police Culture*. Cullompton: Willan.

WORDEN, A.P. (1993), “The attitudes of women and men in policing: testing conventional and contemporary wisdom”, *Criminology*, Vol. 31 No. 2, pp. 203-241.